

MARIANA E O ANTROPOCENO: entre o terrível e o fatal

Vol. III



Reginaldo Luiz Cardoso

LETRAPITAL



INOVAÇÃO,
REDES E
TERRITÓRIOS

Coletânea Inovação, Redes e Territórios Vol. III



Reginaldo Luiz Cardoso é pesquisador e fotógrafo autoral, graduado e bacharelado em Psicologia, mestre em Ciência Política e doutor em Planejamento Urbano e Regional. Desenvolve pesquisas que analisam a interface do urbano com as inovações tecnológicas e as subjetividades contemporâneas nos rearranjos territoriais latino-americanos. Foi professor do Departamento de Ciência Política da UFMG e, atualmente, é membro do LabEspaço-IPPUR/UFRJ, com publicação de artigos científicos em revistas nacionais e internacionais, um dos quais lhe rendeu a Comenda do Mérito Educacional-2023, concedida pela Câmara Municipal de Ouro Preto/MG. Algumas de suas premiações: 1º lugar no *IV Concurso Fotográfico USP/SC Spie Student Chapter* [São Paulo, SP/2022], no 39º *Le Plus Grand Concours Photo du Monde 2019/2020* - categoria: *graphisme & architecture* [Paris, France] e no *I Festival de Arte Urbano Blipoint Mulafest* [Madrid, Espanha/2018]; menção honrosa no *II Concurso Nacional de Fotografia - Arquitetura e Urbanismo 2018* [Matosinhos, Portugal] e, recentemente, 2024, obteve o Prêmio *Amnistia Internacional Valencia* - categoria: *derecho a la sanidad* [Valencia, Espanha].



Inovação, Redes e Territórios é uma rede tecno científica, agrega pesquisadores focados na análise das mutações do território, dado o avanço da tecnologia informática. Nesse livro se realiza uma pesquisa que tem por objetivo responder aos seguintes objetivos: fazer a análise do desastre-crime que afetou Mariana e outros municípios; Identificar a rede de atores na transescalaridade e transversalidade; fazer a análise da política urbana de revitalização; reconhecer os interesses das corporações de informática sobre a extração de lítio no nosso país; examinar como a justiça atuou no Brasil; revelar a ação de advogados em fórum internacional para responsabilizar as corporações. O que revela os processos de espoliação sobre a natureza e a sociedade produzidos pelas corporações. É um livro sobre democracia em todas as suas dimensões territoriais, sociais e ambientais. Para responder à essas e outros objetivos, estamos produzindo a presente coletânea de livros, com o objetivo de revelar os desafios do presente e proteger a democracia no futuro.

Reginaldo Luiz Cardoso

MARIANA E O ANTROPOCENO:

entre o terrível e o fatal

Volume III

LETRAPITAL

Conselho Editorial

Série Letra Capital Acadêmica

Ana Elizabeth Lole dos Santos (PUC-Rio)
Beatriz Anselmo Olinto (Unicentro-PR)
Carlos Roberto dos Anjos Candeiro (UFTM)
Claudio Cezar Henriques (UERJ)
Ezilda Maciel da Silva (UNIFESSPA)
João Luiz Pereira Domingues (UFF)
João Medeiros Filho (UCL)
Leonardo Agostini Fernandes (PUC-Rio)
Leonardo Santana da Silva (UFRJ)
Lina Boff (PUC-Rio)
Luciana Marino do Nascimento (UFRJ)
Maria Luiza Bustamante Pereira de Sá (UERJ)
Michela Rosa di Candia (UFRJ)
Olavo Luppi Silva (UFABC)
Orlando Alves dos Santos Junior (UFRJ)
Pierre Alves Costa (Unicentro-PR)
Rafael Soares Gonçalves (PUC-RIO)
Robert Segal (UFRJ)
Roberto Acízelo Quelhas de Souza (UERJ)
Sandro Ornellas (UFBA)
Sergio Azevedo (UENF)
Sérgio Tadeu Gonçalves Muniz (UTFPR)
Waldecir Gonzaga (PUC-Rio)

Copyright © Reginaldo Luiz Cardoso, 2024

*odos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/02/1998.
Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os
meios empregados, sem a autorização prévia e expressa do autor.*

EDITORES Tamara Tania Cohen Egler
João Baptista Pinto

CAPA E FOTOGRAFIA DE CAPA Reginaldo Luiz Cardoso

EDTORAÇÃO Tiago Soares de Macedo

REVISÃO Rita Luppi

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

C266m

Cardoso, Reginaldo Luiz

Mariana e o antropoceno [recurso eletrônico] : entre o terrível e o fatal / Reginaldo Luiz
Cardoso. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Letra Capital, 2024.

Recurso digital ; 5 MB

Formato: epdf

Requisitos do sistema: adobe acrobat reader

Modo de acesso: world wide web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7785-982-5 (recurso eletrônico)

1. Desastres - Aspectos sociais - Mariana (MG). 2. Responsabilidade por danos ambientais -
Mariana (MG). 3. Desenvolvimento econômico - Aspectos ambientais. 4. Desenvolvimento
econômico - Aspectos sociais. 5. Livros eletrônicos. I. Título.

CDD: 363.3493098151

24-95375

CDU: 504.12:627.43(815.1)

Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária - CRB-7/6439

LETRA CAPITAL EDITORA
Tels.: (21) 3553-2236/2215-3781
www.letracapital.com.br

Aquele foi o melhor dos tempos, foi o pior dos tempos; aquela foi a idade da sabedoria, foi a idade da insensatez, foi a época da crença, foi a época da descrença, foi a estação da Luz, a estação das Trevas, a primavera da esperança, o inverno do desespero; tínhamos tudo diante de nós, tínhamos nada diante de nós, íamos direto para o Paraíso, íamos todos direto no sentido contrário – em suma, o período em tal medida semelhante ao presente que algumas de suas mais ruidosas autoridades insistiram em seu recebimento, para o bem ou para o mal, apenas no grau superlativo de comparação.

Um Conto de duas Cidades, Charles Dickens.

Agradecimentos

Livros, sejam de que natureza forem, são frutos das extensas jornadas de seus autores pelo tempo e espaço. Jornadas que, apesar de demarcadas solitariamente, são povoadas de inúmeros encontros de e em variadas circunstâncias. Finda a jornada, livro pronto, é hora de reverenciarmos tais encontros, sem os quais não haveria tal livro.

Assim sendo, este livro foi resultado do Plano de Trabalho em Estágio Pós-Doutoral que o autor teve a oportunidade de realizar no Programa de Pós-Graduação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ), e desenvolvido no Laboratório Estado, Sociedade, Tecnologia e Espaço (LabEspaço/IPPUR), no período entre 15 de maio de 2022 e 13 de julho de 2023, sob a supervisão da Professora Doutora Tamara Tania Cohen Egler, amiga e interlocutora perene, a quem faço um agradecimento especial. Junto a isto, agradeço ao IPPUR/UFRJ pela gentil acolhida da minha Proposta e à Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), cujo financiamento foi crucial para a realização desta pesquisa.

Como não poderia deixar de ser, agradeço também aos colegas do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) “Inovação, Redes e Territórios” e do LabEspaço/IPPUR por suas caras presenças nos longos anos de convivência e compartilhamento de conhecimento, seja de maneira informal ou nas extensas discussões do tema proposto em palestras, conferências, seminários, ensaios etc., que me permitiram formular e desenvolver melhor as questões que foram fundamentais na redação desse texto. Dentre elas, Aldenilson Vitorino Costa, Ana Cristina Fernandes, Beatriz Alencar Couto, Elis de Araújo Miranda, Juan Salmenton, Lalita Kraus, Pedro Paulo Gonçalves e Ricardo Nasser.

Muitas outras pessoas me estimularam com sugestões, conversas, e longas discussões durante a construção deste livro. Tive a sorte de: um escritor e jornalista brilhante, Bernardino Furtado, ter lido os primeiros rascunhos e fornecido comentários incisivos

ao mesmo; de Flávio Eustáquio Carvalho de Souza, eminente advogado, discutir e traduzir o “juridiquês” no que foi possível; de Adrianno Oliveira Rodrigues, economista político, ter tido a pronta disponibilidade – e paciência – de discutir questões conceituais que, em algum momento do processo, me pareceram intransponíveis; de Ana Cristina Dutra Guerra, ecóloga, guiar-me nas peculiaridades do Município de Mariana-MG.

Não poderia esquecer das importantes contribuições de Marcos Wellington de Lima, velho amigo, e das amigas Sulamita Nagem e Miriam Bahia pelas audições informais acerca do tema e, evidentemente, por me apontarem inúmeras possibilidades na construção do objeto. Sou grato, ainda, à elegância, inteligência e sagacidade da revisora Rita Luppi perante a versão final deste.

Também gostaria de agradecer à minha esposa, Dirce Maria Lara, pelas longas e pacientes conversas a respeito das diversas versões do texto, imprescindíveis no enfoque de várias ideias no livro.

Por último, em relação ao artigo presente entre as Partes I e II deste livro – *Intermezzo* –, agradeço ao portal de notícias *Outras Palavras*, especificamente a seu editor Antônio Martins e ao jornalista Maurício Ayer, pelo interesse e pronta publicação do artigo que precedeu esta pesquisa, no caso, a questão da privatização do sistema de água e esgoto do Município de Ouro Preto-MG, artigo este que teve o reconhecimento unânime da Câmara Municipal de Ouro Preto – Comenda Mérito Educacional –, apresentada pelo vereador Júlio Gori, através da Resolução Nº 509/2023. E agradeço ainda à arquiteta e urbanista especializada em política habitacional, planejamento e gestão da terra urbana, Raquel Rolnik, que replicou e dialogou com o artigo original, via artigo de sua autoria, o qual, gentilmente, cedeu a esta publicação presentificado na Coda que finaliza este livro.

A Túlio Cardoso Ramos, jovem pesquisador, e a todos os outros que vêm por aí...

A todas essas pessoas, e a muitos outros amigos que me alentaram na tarefa destes últimos anos, dedico o resultado, do que são, claro está, inocentes.

Dedicado à Maria Helena Viana Cardoso, mãe querida.

Sumário

Introdução	15
Parte I: Jardim sem rosto	23
Prolegômenos	25
1. Renova dentro da Praça	27
1.1 Breve história de Mariana das Minas e Gerais	30
1.2 Espaço, jardim e praça	32
1.3 Começo dos começos	33
1.4 Hora de avançar	36
1.5 Primeira Audiência Pública	40
1.6 Depois da farsa	45
1.7 Neocoronelismo	46
1.8 Um novo rosto – Praça 2020	49
1.9 Janeiro 2023	53
1.10 A imagenharia da colonização da subjetividade	58
1.11 Paisagem cega	59
Intermezzo	61
Os conjurados de Vila Rica ante a Cidade Inteligente	61
Introdução	61
Cidadania insurgente	63
Cidade Inteligente	64
Interconexões	65
Rebelião em Vila Rica: uma outra história?	69
Cidade fragmentada	73
Fragmentação das práticas	75
À guisa de conclusão	76
Referências	77

Parte II: Jardins estilhaçados	81
2 Ameaça, retórica da intransigência	83
2.1 O desastre-crime.....	87
2.2 Renova fora da Praça	90
2.3 A reunião em Naque – 21 janeiro 2021.....	92
2.4 Ponto de inflexão – 23 fevereiro 2021	97
2-5 O método – ineditismo, pioneirismo e pragmatismo.....	103
2.5.1 Inauguração do método.....	104
2.5.2 Teratologia processual – julho de 2020	107
2.5.3 Máquina de moer gente.....	107
2.5.4 Começo e fim das comissões apócrifas	109
2.5.5 O rosto de um Outro.....	115
2.6 Mandado de segurança – 27 outubro 2020.....	116
2.7 Arguição de suspeição – 30 março 2021	119
2.7.1 <i>Amicus curiae</i>	121
2.8 Estado da arte.....	123
2.8.1 Hamlet <i>ex-machina</i>	125
2.8.2 A montante	129
2.8.3 À luz de Rembrandt	131
Parte III: Jardim em suspense	133
3 Esferas	135
3.1 Para a Terra nascer, disseram apenas: Terra	136
3.2 Testemunha ocular	139
3.3 Antropobsceno.....	141
3.4 Novas territorialidades	147
3. 5 Duplo topológico	149
3.6 Tântalo no coração das trevas.....	153
3.7 Capitalismo 4.0.....	156
3.8 O derrame nas veias abertas da América Latina.....	158

3.9 O Consenso de Washington revisitado.....	164
3.10 Consenso das <i>Commodities</i>	167
3.11 Escalas	169
3.12 Zonas de sacrifício	172
3.13 Noite da desatenção: porto sem volta?	176
3.14 Em meu princípio está meu fim.....	178
3.14.1 E Facundo reflete.....	181
3.14.2 Os últimos suspiros no Jardim.....	183
3.14.3 Devs	185
CODA	188
A guerra da água em Ouro Preto e os desafios do saneamento no Brasil	188
Referências	193

Introdução

A ideia de arquipélago é, acima de tudo,
nos tempos que correm,
uma ideia com conteúdos politizados.
A globalização assim o determinou.
Todos fazemos, de uma forma ou de outra,
parte de alguma ilha
nesse mar imenso que é a totalização global.

A aragem da utopia, Fernando José Pereira.

O leitor há de notar que do começo ao término deste livro falamos de jardins, lugares de cultivo e lazer, parte da cultura civilizatória que povoa o imaginário de todos os povos. É a nossa ideia-fio, ou ilha, que, longe de qualquer voluntarismo, compõe a cartografia do arquipélago construída pela nossa narrativa. Naturalmente, muitas outras ideias-fio foram utilizadas até chegarmos à tessitura final deste livro, como veremos neste preâmbulo.

Os conquistadores latinos, quando do “achamento”, ao colocarem os pés (e as mãos) sobre este estranho lugar, tiveram uma certeza: o encontro com o “Jardim do Éden”. Certeza fundamentada num mito da Teologia Medieval que dizia que o Paraíso Terreal se encontrava em algum lugar recôndito à espera, apenas, de ser descoberto. Este é o tema de *Visão do Paraíso*, obra de Sérgio B. de Holanda, que, nas palavras do crítico Antonio Prado (2000, p. 441), “num plano mais remoto, [...] é a sedução pela metáfora do Éden tal como esta repercutiu na época dos descobrimentos, convertida numa espécie de roteiro trilhado pelo colonizador durante a ocupação europeia do Novo Mundo”. No mito do “Jardim do Mundo” encontra-se a ideia de dádiva natural e gratuita em que “se plantando tudo dá”. Assim, estabeleceu-se, desde aquele momento, “a motivação edênica na exploração da América do Sul”

(Buarque, 2000, p. XIV). Não há, como aponta Buarque (*Ibid.*, p. XVIII), “contradição necessária entre o gosto da pecúnia e a devoção cristã”. Uma e outra, em verdade, se irmanam frequentemente e se confundem. Cristóvão Colombo exprimira isto ao dizer que “com o ouro tudo se pode fazer neste mundo, e ainda se mandam almas ao Céu” (*Ibid.*).

É nesse mito que se encontra a raiz da condição sociopolítica-econômica e cultural subjacente à América Latina desde o seu “achamento”. Algo incorporado que se tornou uma espécie de DNA de todas as gerações subsequentes. Para o economista Alberto Acosta (2012), embora seja pouco crível à primeira vista, a pobreza de muitos países do mundo está relacionada à existência de uma significativa riqueza em recursos naturais. Compõe aquilo que denomina como “paradoxo da abundância” ou “maldição dos recursos naturais”. Nos termos de Caio Prado Jr. (2000, p. 127), “o que fica atrás são restos, farrapos de uma pequena parcela de humanidade em decomposição”.

Com o desenvolvimento e a difusão *en masse* das Tecnologias da Informação e da Comunicação nos últimos 30 anos é de pressupor que a lógica contida no “paradoxo da abundância” tenha decaído. Porém, nesse ínterim, o capitalismo global apossou-se por completo dos destinos da tecnologia, libertando-a de amarras metafísicas e orientando-a única e exclusivamente para a criação de valor econômico, no qual as mais esotéricas inovações da ciência foram se transformando quase imediatamente em tecnologias práticas. Isso acarretou uma busca e extração frenética de recursos minerais, dos tradicionais, tais como ferro e manganês, àqueles até então pouco explorados, como lítio e terras raras, a fim de garantir a materialidade necessária ao acelerado implemento da infraestrutura digital e de sua expansão tecnológica.

Nesse contexto, nove anos após o desastre-crime da Samarco, em Mariana-MG, uma série de ações de políticas públicas indica um escancaramento de portas para o setor da mineração no Estado de Minas Gerais. Ações que o economista uruguaio Eduardo Gudynas (2021) precisou como sendo efeitos-derrame, isto é, as “mudanças ou modificações nas políticas públicas e nos conceitos que as sustentam, de maneira a facilitar e apoiar os extrativismos”.

Um exemplo claro do que ocorre em Minas Gerais: modificações ou flexibilizações nas políticas ambientais que reduzem, recortam ou travam as exigências, controles ou monitoramentos sobre empreendimentos extrativos. Os resultados práticos disso têm sido sinistros. Em Santa Bárbara-MG, há mais de três anos, os moradores vivem em estado de alerta ante a possibilidade do rompimento de uma barragem da Vale S.A.¹. Em Congonhas-MG, “Cidade dos Profetas de Aleijadinho”, cercada literalmente por dezenas de gigantescas cavas de mineração, é pública e notória a situação da saúde de sua população, principalmente de crianças e idosos, decorrente da nuvem de poeira minerária que entra e sai 24 horas por dia de suas casas com a agravante escassez de água. Além disso, 90% da cidade poderá desaparecer instantaneamente se a barragem de rejeitos da Cia. Siderúrgica Nacional (CSN), que a rodeia, vir a ruir. Citamos essas cidades porque estamos nos referindo especificamente ao denominado Quadrilátero Ferrífero, uma unidade geológica que engloba uma extensão de aproximadamente 7.000 quilômetros quadrados, cujos vértices estão localizados nas cidades mineiras de Belo Horizonte, Santa Bárbara, Mariana e Congonhas. Dentro desse polígono, como vimos acima, todos os municípios têm ou terão problemas com barragens de rejeitos minerais. Situação que, replicada por todo o país, é fruto do que o geógrafo Milton Santos (2013, p. 75) notou como sendo “a dedicação quase exclusiva ao subsistema hegemônico da economia descolado da totalidade [e] como dedicação quase exclusiva às tarefas do planejamento empresarial”.

Há um mote espanhol que nos diz que um arquipélago se encontra sempre separado por aquilo que o une. É com esta intencionalidade metodológica, fundamentada totalmente na interdisciplinaridade, que construímos este livro, visando, através da metáfora do arquipélago, circunscrever esferas – ilhas – e, delas, por aproximações sucessivas, estabelecer interpretações analíticas do todo que as une.

Na primeira ilha aportada, baseamos nossa análise na premissa de que o exame da Economia Política de rearranjos territoriais permite-nos constatar a forma como atuam os atores políticos, independente-

¹ Importante salientar que o Município de Itabira, cenário da segunda maior mina da Vale, encontra-se fora do Quadrilátero Ferrífero.

mente do nível escalar em que estejam operando – municipal, estadual, federal ou transnacional – assim como a quais práticas e dinâmicas resultam de decisões tomadas no processo ainda pouco esclarecido que é o da construção social de acidentes sociotécnicos.

Para tecer tal complexidade focamos inicialmente no processo de implantação do novo modelo de espaço público imposto a uma cidade histórica tricentenária, no caso, Mariana, com a anuência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), órgão federal cujo papel é o zelo pelo patrimônio histórico e artístico nacional. Isso resultou em um impasse entre os cidadãos, alijados da realidade do projeto, e a empresa transnacional – *joint-venture* – mandante do mesmo. Diante disso, apesar das circunstâncias excepcionais envoltas na pandemia de Covid-19, a população marianense saiu às ruas contra o Projeto de Requalificação do “Jardim”, como é chamada e reconhecida popularmente a Praça Gomes Freire, uma praça centenária localizada no centro da primeira cidade planejada das “minas e gerais”. Dos reformadores – Fundação Renova –, vieram justificativas de que o Projeto fora aprovado pela prefeitura do município, pela Câmara dos Vereadores, pelo IPHAN e demais órgãos fiscalizadores.

A peculiaridade da história desenrolada no Município de Mariana, encontra-se na seguinte rede: uma empresa transnacional anglo-australiana, junto a uma ex-estatal brasileira que, por sua vez, controla uma empresa de mineração em Mariana, e que, no entanto, foi responsável pelo maior desastre ambiental do país decorrente do rompimento de uma de suas barragens de rejeitos minerais, a qual, obrigada juridicamente a um Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), cria uma empresa sem fins lucrativos, a Fundação Renova. Nessa rede fica perceptível como o mercado financeiro global – financiador das gigantes do setor mineralógico – e as redes de informação atravessam e capturam as cidades. Tal constatação – de que a intervenção no “Jardim” foi uma ação direta das mineradoras – tornou-se mais patente quando, no início de 2021, a força-tarefa Rio Doce² entrou com uma Ação Civil Pública na Justiça

² Grupo formado pelos integrantes do Ministério Público Federal, Ministério Público de Minas Gerais, Ministério Público do Espírito Santo, Defensoria Pública da União e Defensorias Públicas da União de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Federal pedindo a extinção da Fundação Renova. Não houve acaso na escolha da Praça “Jardim” pela Fundação Renova que, com a justificativa de “embelezar”, transformou a alma da cidade em um cenário de parque temático.

Ante tal fato, para avançarmos na análise elaboramos um operador de leitura: o neocoronelismo, uma releitura do conceito de coronelismo do Vitor Nunes Leal. O neocoronelismo expressa e opera a contradição capitalista fundamental: a de que a produção, um processo social coletivo, seja conduzida e controlada de forma privada. Assim, o neocoronelismo faz-se um promotor, não eleito, fomentador de políticas públicas e possuidor de um poder quase ubíquo, pois atua nas escalas municipal, estadual, federal e global e (des)organiza tudo à sua volta para atender exclusivamente aos interesses do grande capital. Para que esse dispositivo de poder logre, é necessário moldar o território, dominando-o tanto econômica quanto simbolicamente, algo capaz de fazer com que uma maioria quase absoluta aceite consensualmente as suas condições através de um deslizamento de sentido, em um abraçar voluntarioso e fantasmático de um mundo apenas visto e percebido enquanto negócio, com o medo exercendo a hegemonia no circuito dos afetos. Em termos práticos, atua na cotidianidade fomentando a hostilidade, seja na forma de subjugação de sua população à lógica econômica preestabelecida, seja na destruição de seus territórios, criando um exército de desterrados em sua própria terra, realidade dos atingidos pelos acidentes sociotécnicos de amplo impacto midiático, que passam a viver à sua própria sorte logo que são “esquecidos”, como de fato vemos há mais de nove anos após o desastre-crime sociotécnico da Samarco.

Para aumentar a nossa acuidade analítica e cartográfica lançamos mão do conceito categórico neoextrativismo que, diferentemente dos extrativismos antigos, caracteriza-se pela orientação quase que exclusiva à exportação e pela grande escala dos empreendimentos, uma vez que são megainvestimentos capital-intensivos e não mais trabalho-intensivos. No nosso caso, a *megaminéria* – uma das modalidades do neoextrativismo. No que diz respeito ao direito ambiental, esse processo relaciona-se diretamente com o conceito de megaconflituosidade. No geral, é importante atentarmos ao prefixo

mega, a palavra-chave que marca o capitalismo 4.0, causa e finalidade do neoextrativismo. O neoextrativismo enquanto outra ideia-fio visibiliza o crescimento exponencial da demanda da imaterialidade do mundo virtual exigida da materialidade provida pelo neoextrativismo mineral. Ou seja, para garantir esta aceleração da aceleração, foi necessária uma conformação *high-tech* do extrativismo, o que lhe deu intensidade e que se refletiu na configuração das cidades, onde “o mundo social se desmaterializa, transforma-se em signo e simulacro” (Dupas, 2000, p. 13). E o que era verdade apenas para as cidades globais, passou a reverberar *urbe et orbi*.

Na segunda ilha – “Jardins Estilhaçados” – aportamos com a premissa de que o neocoronelismo e o neoextrativismo operam-se simultaneamente por meio da utilização de um dispositivo peculiar: os homens-dispositivo, categoria proveniente da lavra do filósofo político Francisco Foot-Hardman. O pano de fundo é, evidentemente, político, no qual a associação entre o neoextrativismo e a reversão das fronteiras da democracia aparece como um fato indiscutível: sem licença social, sem consulta às populações, sem controles ambientais e com escassa presença do Estado. Ou na fórmula da socióloga Maristella Svampa (2016): “mais extrativismo, menos democracia”.

Enquanto o campo de disputa em torno do “Jardim” acontecia em Mariana, concomitantemente o caldo entornava na cidade de Naque-MG – um dos “Jardins Estilhaçados” –, situada às margens do Rio Doce e, consequentemente, povoada de atingidos pela lama tóxica advinda do desastre-crime da Samarco. Ali se fez perceber todo o nó jurídico imiscuído entre as empresas rés – BHP Billinton, Vale e Samarco –, a força-tarefa e os atingidos, cujo vetor desencadeador foi o Sistema Indenizatório Simplificado (Novel) criado em 2020 e também identificado como um “jabuti”. Nessa ilha demonstramos empiricamente como os homens-dispositivo construíram a narrativa do “jabuti”.

Além do que, turbulências são momentos propícios para a análise interpretativa de uma dada situação. Ao acontecerem, enquanto situações-limite, transformam-se em efeitos-demonstração de processos invisíveis, desnudam outros escamoteados deliberadamente ou que denotavam motivo algum para seu questionamento. Assim, a turbulência, cujo epicentro foi em Mariana, desvelou que o desastre-

crime afetou um território, afetou uma série de cidades, destruiu seu meio ambiente e as condições de subsistência de seus habitantes, justamente por causa do neoextrativismo.

Na terceira e última ilha – “Jardim em Suspense” – aportada, de caráter histórico-descritivo, apontamos as raízes, a natureza e a função dos conceitos estruturais que acercam o fenômeno tais como neoextrativismo e neocoronelismo. O nó górdio desse processo transparece ante um novo gesto-fio, agora panorâmico, o conceito de Antropoceno, que, em um primeiro momento, elucidamos bibliograficamente em uma perspectiva interdisciplinar; em um segundo momento, tecemos relações de como o conceito em questão está imbricado com o território e que problemas trouxe ou acrescentou àqueles já crônicos; e, em um terceiro momento, implícito nos dois anteriores, analisamos a relação entre as *big techs* e a *megaminería*, seja no sentido da materialidade demandada, seja pelas consequências socioecológicas nefastas.

Confeccionada a nossa cartografia do arquipélago podemos dizer que a questão apresentada foi a dos meios sociotécnicos. O que são, o que acarretam à vida das pessoas e ao seu entorno. Nessa cartografia podemos identificar de que forma atores políticos e empresas nacionais e internacionais se associam e mobilizam parceiros locais e regionais para exercerem o controle do território, constituindo uma nova geografia física, econômica e política, quiçá cultural, que decompõe o território nacional em novos fragmentos “glocalizados”.

Desse modo, a intervenção na Praça Gomes Freire foi uma ação política. Em geral, a demonstração de poder em um território é feita através da imposição do medo e demonstração de força: “podemos tanto destruir quanto construir”. Em ambos os movimentos, como um nó de Borromeu, a intervenção *in situ* na memória coletiva, cuja trama de duplo apagamento foi decifrada por um jovem morador marianense: “Mais uma vez, outra parte da história e, além deles apagarem as histórias onde as barragens se romperam, eles agora vão apagar a história do ‘Jardim’” (Almeida; Novais, 2019). Essa lógica do duplo apagamento teve e tem um único objetivo latente: governamentalidade que, em última instância, almeja o controle dos corpos e mentes dos sujeitos. “Andam macambúzios”, disse-me

uma entrevistada, observando que no “pós-Jardim” os moradores da cidade foram atingidos em sua alma. A intervenção atingiu e operou diretamente no cerne dos circuitos dos afetos que, na síntese de Safatle (2015), melancolizam os indivíduos.

Por fim, o esforço deste livro concentrou-se nas consequências da materialidade do mundo virtual, na sua insistência em instrumentalizar toda e quaisquer vidas em detrimento de seus valores intrínsecos. O Antropoceno nos adverte que não é sequer exequível pensar em sustentabilidade perante o neoextrativismo. O que nos abre uma possível diretriz de ação. Assim sendo, o Jardim permanece em suspense.

PARTE I
Jardim sem rosto

Prolegômenos

Enunciar uma situação sem contorno não implica afirmar a não existência do dentro e fora, exclusão e inclusão, pertencimento e não pertencimento. Empiricamente, a questão centra-se na Cidade de Mariana-MG, mais precisamente em torno do projeto de requalificação da Praça Gomes Freire, o “Jardim”, promovido pela Fundação Renova entre os anos 2019-2022. O primeiro passo foi tentar entender a motivação da Fundação Renova em tomar aquela praça como objeto de intervenção ante inúmeras prioridades básicas do município, ao alto custo da obra – aproximadamente 60% da arrecadação mensal da prefeitura³ –, e à postergação *ad infinitum* das ações indenizatórias, por parte das empresas réis (Samarco, Vale e BHP Billiton), decorrentes do desastre-crime ocorrido em Mariana, em 2015, e que se alastrou até o litoral capixaba. O bom-mocismo da Fundação Renova observado em Mariana, cidade Monumento Nacional desde 1945, contrastou com o tratamento dado, por exemplo, a Naque (assunto tratado na Parte II deste livro), cidade também mineira, situada no Vale do Rio Doce. Dado o *status* de Mariana, a Fundação Renova procurou fazer a intervenção na praça com certa sutileza. Sutileza que se perdeu no caso de Naque e nos demais lugares atingidos. Capitais espaciais diferentes, tratamentos socioterritoriais diferentes.

Isso nos remete à discussão da nova questão urbana, uma vez que no capitalismo 4.0, atual fase do capitalismo, há um novo *modus operandi* agindo nos territórios. Nesta simples intervenção urbana – a requalificação da Praça “Jardim” – observa-se como são operados e se justapõem diferentes níveis escalares de poder, uma das características do que denominamos neocoronelismo, ponto de capitonagem do glocal, o exercício do poder do capital extraterritorial sobre o lugar, ancorado em uma ampla depreciação da política. Um poder que opera pela obtenção do monopólio do simbólico. Nesse caso, a obra faz parte da disputa das narrativas no epicentro do desastre-crime.

³ Tomamos como base a arrecadação municipal de março de 2019 (Rodrigues, 2019).